

Unidade 1 – Aula 01 – Video 01

Ética Antiga (Grécia e Roma Antiga)

- **Sócrates**, famoso filósofo grego, usava a Maiêutica para buscar autoconhecimento e verdade, enfatizando que o conhecimento era uma virtude essencial e a importância de uma vida examinada.
- **Platão**, discípulo de Sócrates, ligou a ética à sua teoria das Formas, onde o conhecimento do Bem, a forma mais elevada, era o objetivo central da vida filosófica.
- **Aristóteles**, discípulo de Platão, enfocou a ética de forma prática, destacando a virtude como um meio-termo entre excessos e deficiências, buscando a felicidade (eudaimonia) por meio da prática das virtudes e da razão.
- O **estoicismo**, fundado por Zenão de Cítio, destaca a aceitação do destino, a conformidade com a natureza e a busca da virtude como o único bem verdadeiro, promovendo a autodisciplina e a superação das paixões para evitar a infelicidade, como ensinado por Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio.

Ética Medieval (Europa)

- **Santo Agostinho**, influente no cristianismo primitivo, enfatizou a necessidade da graça divina devido ao pecado original, argumentando que a verdadeira liberdade é alcançada ao se submeter à vontade de Deus.
- **Tomás de Aquino** buscou integrar a ética aristotélica com a teologia cristã, defendendo a existência de leis naturais universais, incluindo o amor a Deus e ao próximo, como fundamentos da moralidade para uma vida boa na terra e para a salvação eterna.

Ética Moderna

- **Immanuel Kant** defendeu uma ética deontológica que valoriza a intenção e o dever acima das consequências, com seu "imperativo categórico" exigindo que ajamos de maneira universalizável sem contradição.
- O **utilitarismo** busca a melhor ação ao maximizar a utilidade, definida como o bem para a maioria, com destaque para filósofos como Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

- **Friedrich Nietzsche** questionou a moralidade convencional, criticando o cristianismo e o utilitarismo, e promoveu a valorização da vida e da vontade individual, incentivando a criação de sistemas de valores pessoais, conhecidos como "transvaloração de todos os valores".

Ética Contemporânea

- O **existencialismo** enfatiza a liberdade individual, a responsabilidade e a busca pela autenticidade, com filósofos como Sartre e Kierkegaard destacando que as pessoas são livres para criar seus próprios valores em um mundo sem sentido inerente.
- A **ética do cuidado** destaca o valor das relações interpessoais, enfocando a empatia, o relacionamento e a responsabilidade mútua, argumentando que os princípios éticos devem estar enraizados no cuidado, em oposição à justiça ou aos direitos individuais.
- O **pragmatismo** avalia teorias e crenças com base em suas aplicações práticas, enquanto o pós-modernismo questiona grandes narrativas e verdades universais, sugerindo que a ética pode ser socialmente construída e variável.

Unidade 1 – Aula 01 – Vídeo 02

Conceitos de Ética e Moral

- A ética é o estudo dos princípios morais que orientam o comportamento humano e a avaliação do que é certo ou errado.
- Moral refere-se ao conjunto de valores, normas e princípios que guiam o comportamento humano, determinando o que é considerado certo ou errado em uma sociedade ou cultura.
- A ética é o estudo teórico dos princípios morais, enquanto a moral se refere aos valores e normas específicos que guiam o comportamento humano em uma sociedade ou cultura.

Objetos da Ética

- **Ações humanas** - refere-se ao comportamento humano e à maneira como as pessoas tomam decisões.
- **Valores** - padrões ou qualidades que as sociedades ou indivíduos consideram importantes ou desejáveis.
- **Princípios e normas** - Regras ou diretrizes que guiam o comportamento moral.

Unidade 1 – Aula 01 – Vídeo 03

Funções da Ética

- **Normativa** - estabelecer padrões de comportamento e avaliar as ações humanas com base nesses padrões.
- **Descritiva** - descrever e analisar como as pessoas e as sociedades se comportam e quais normas elas seguem.
- **Metaética** - questionar e analisar a natureza da ética e da moralidade, incluindo a origem e o significado dos termos éticos.
- **Aplicada** - lidar com questões morais específicas, geralmente em campos específicos, como ética médica, ética dos negócios, entre outros.

Ética Profissional

- A **Ética Profissional** refere-se ao conjunto de valores, normas e comportamentos adotados no ambiente de trabalho, visando uma conduta íntegra, respeitosa e adequada. Ela é a bússola que orienta o modo como profissionais de todas as áreas devem agir diante de situações que envolvem dilemas morais, conflitos de interesses, relações interpessoais e tomadas de decisão.

Unidade 1 – Aula 02 – Vídeo 01

Sistema Normativo

- O Direito é um conjunto de normas ou regras estabelecidas por autoridades competentes que regulamentam a conduta humana em uma sociedade. Essas normas têm como objetivo principal a ordenação das relações sociais, garantindo uma convivência pacífica e justa entre os indivíduos.

Ciência

- O Direito também é estudado como uma ciência, onde se analisa e interpreta o sistema de normas e princípios. Os juristas, nesse contexto, buscam compreender a natureza, a origem e o propósito do Direito, assim como suas implicações práticas e teóricas.

Instrumento de Justiça e Ordem Social

- O Direito serve como um meio para alcançar a justiça e a ordem social, protegendo os direitos e liberdades dos cidadãos, resolvendo conflitos e punindo aqueles que cometem infrações.

Unidade 1 – Aula 02 – Vídeo 02

Direito Objetivo x Direito Subjetivo

- O "direito objetivo" refere-se ao conjunto de normas e regras que compõem o sistema legal de uma sociedade.
- O "direito subjetivo" refere-se ao poder ou faculdade que um indivíduo tem de realizar ou deixar de realizar algo com base no direito objetivo (por exemplo, o direito de propriedade).

A Divisão do Direito

O **Direito Público** é uma das principais áreas do direito que lida com as relações jurídicas entre o Estado e os cidadãos, bem como as relações entre entidades públicas. Ele se concentra em questões que envolvem o interesse público e o exercício do poder estatal. O Direito Público pode ser dividido em diversas subáreas, incluindo:

- **Direito Constitucional:** Lida com a organização e funcionamento das instituições do Estado, como o governo, o sistema jurídico e os direitos fundamentais dos cidadãos.
- **Direito Administrativo:** Regula a atuação da administração pública, incluindo órgãos governamentais, agências reguladoras e processos administrativos.
- **Direito Penal:** Trata dos crimes, das penas e das normas de conduta criminal, visando a proteção da sociedade e a punição de infratores.
- **Direito Tributário:** Regula as questões relacionadas a impostos e tributos, incluindo a arrecadação, fiscalização e cobrança de tributos.
- **Direito Financeiro:** Envolve as normas que regem o sistema financeiro público, incluindo orçamento público, dívida pública e gastos governamentais.
- **Direito Eleitoral:** Regula o processo eleitoral e a participação dos cidadãos na escolha de seus representantes políticos.
- **Direito Internacional Público:** Lida com as relações entre Estados soberanos, tratados internacionais, direitos humanos e questões globais.

- **Direito Ambiental:** Regula as questões relacionadas à preservação e ao uso sustentável do meio ambiente.
- **Direito Municipal:** Trata das normas que regulam a organização e o funcionamento dos municípios.
- **Direito do Trabalho Público:** Regula as relações laborais no setor público, incluindo os direitos e deveres dos servidores públicos.

O **Direito Privado** é uma das principais áreas do direito que lida com as relações jurídicas entre indivíduos, empresas e outras entidades privadas. Ele se concentra em questões que envolvem os interesses privados das partes envolvidas. O Direito Privado pode ser dividido em diversas subáreas, incluindo:

- **Direito Civil:** É a área mais abrangente do Direito Privado e trata das relações jurídicas entre indivíduos, como contratos, propriedade, responsabilidade civil, família e sucessões.
- **Direito Comercial:** Regula as atividades comerciais e empresariais, incluindo questões relacionadas a sociedades comerciais, contratos comerciais, títulos de crédito e falências.
- **Direito do Consumidor:** Protege os direitos dos consumidores em transações comerciais, garantindo a segurança, a qualidade e a informação adequada sobre produtos e serviços.
- **Direito do Trabalho Privado:** Regula as relações entre empregadores e empregados no setor privado, incluindo contratos de trabalho, salários, condições de trabalho e sindicatos.
- **Direito da Propriedade Intelectual:** Envolve a proteção legal de criações intelectuais, como patentes, direitos autorais, marcas registradas e segredos comerciais.
- **Direito Contratual:** Trata da formação, execução e rescisão de contratos entre partes privadas, estabelecendo direitos e obrigações contratuais.
- **Direito das Obrigações:** Aborda as relações jurídicas baseadas em obrigações, como dívidas, promessas, responsabilidade civil e inadimplência contratual.

- **Direito das Famílias:** Regula questões familiares, como casamento, divórcio, guarda de filhos, alimentos e adoção.
- **Direito das Sucessões:** Lida com a transmissão de patrimônio e heranças após a morte de um indivíduo.
- **Direito Imobiliário:** Envolve questões relacionadas a propriedades, como compra, venda, locação e direitos de propriedade.

Unidade 1 – Aula 02 – Vídeo 03

Fontes de Direito

- As fontes do Direito podem ser classificadas em duas categorias principais: fontes diretas e fontes indiretas.
- Em resumo, as fontes diretas do Direito são aquelas que emanam diretamente do poder legislativo ou executivo, como leis e regulamentos, enquanto as fontes indiretas incluem a jurisprudência, os costumes e a doutrina jurídica, que podem influenciar a aplicação e interpretação das leis existentes. A importância de cada tipo de fonte pode variar de acordo com o sistema jurídico e o contexto legal de um país.

Fontes Diretas:

- **Leis Escritas:** São as fontes mais diretas e fundamentais do Direito. Incluem as leis promulgadas pelo poder legislativo, como códigos, estatutos e regulamentos. Essas leis estabelecem regras e normas jurídicas de forma clara e explícita. As fontes diretas podem ser subdivididas em:
 - **Leis Constitucionais:** A Constituição do país é a fonte direta mais fundamental e estabelece a estrutura do governo, os direitos fundamentais e os princípios gerais do sistema legal.
 - **Leis Ordinárias:** São as leis comuns aprovadas pelo legislativo em questões específicas, como o Código Civil, o Código Penal e as leis de trânsito.
 - **Regulamentos:** São normas mais detalhadas criadas por autoridades executivas para implementar as leis. Exemplos incluem regulamentos ambientais ou normas de segurança no trabalho.

Fontes Indiretas:

- **Jurisprudência (Precedentes Judiciais):** As decisões judiciais anteriores, especialmente em sistemas de "common law", criam precedentes que interpretam e aplicam a lei. Esses precedentes podem

ser considerados fontes indiretas do Direito, pois influenciam a maneira como as leis são interpretadas em casos semelhantes no futuro.

- **Costumes:** Práticas e tradições reconhecidas pela comunidade ou sociedade, que podem influenciar a interpretação e aplicação das leis, mesmo que não estejam codificadas em leis escritas.
- **Doutrina Jurídica:** Opiniões, análises e interpretações de juristas, acadêmicos e especialistas em direito também podem servir como fontes indiretas. Embora não tenham força legal obrigatória, podem influenciar a tomada de decisões legais e a formação de jurisprudência.